

**QUANDO A MEMÓRIA É RESSIGNIFICADA EM LUTA PELA POSSE DA TERRA:
A USINA ARIADNÓPOLIS (1908), O ACAMPAMENTO DO MST QUILOMBO
CAMPO GRANDE (1998) E OS EMBATES DE MEMÓRIA – CAMPO DO MEIO, MG**

**WHEN THE MEMORY IS RESIGNIFIED IN THE FIGHT FOR LAND
POSSESSION: THE ARIADNÓPOLIS SUGARCANE FACTORY (1908), THE MST
CAMP QUILOMBO CAMPO GRANDE (1998) AND THE MEMORY CLASHES –
CAMPO DO MEIO, MG**

Henrique Wellerson Rodrigues¹

RESUMO

Os presentes embates de memórias percebidos no atual município de Campo do Meio, Minas Gerais, são frutos das tentativas de desapropriação do território da antiga usina de açúcar Ariadnópolis, que, desde 1996 se tornou acampamento do Movimento dos Sem-Terra – MST, após a falência do empreendimento que instaurou um conflito entre os antigos proprietários e os trabalhadores que foram demitidos sem devida assistência trabalhista. Esse artigo se propõe a pensar a construção da memória da produção açucareira, visando compreender os usos do passado nas lutas sociais e políticas da contemporaneidade. Por meio de reportagens contemporâneas e das décadas anteriores, uma análise de uma "História vista por baixo" é realizada, inserindo ainda a discussão no campo da História do Tempo Presente. Assim, as diferentes apropriações dos discursos construídos a partir da memória da Usina Ariadnópolis são reapropriados para os embates legais e, sociais como um todo, para o direito à posse das terras, e também, da legitimação de um discurso dito oficial acerca da história do município.

PALAVRAS-CHAVE: Embates e usos da Memória. Usina Ariadnópolis. MST e quilombos.

ABSTRACT

The current memory clashes perceived in the nowadays city of Campo do Meio, Minas Gerais, are consequences of the land expropriation of the former Ariadnópolis sugarcane factory, that, since 1996 has become a camp for the Movimento dos Sem-Terra – MST, after the bankruptcy of the enterprise, which established a conflict between the former owners and employees fired without labor assistance. This paper proposes to think about the construction of memory in sugar production, to understand the use of the past in social fights and contemporary politics. Through contemporary and previous decade reports, an analysis of a "History seen from below" is performed, inserting yet the discussion in the field of History of the present time. Thus, the different appropriations of the speeches built from the memory of the Ariadnópolis sugarcane factory are reapropriated for the legal (and social) clashes as one, for the right of the land possession and also for the legitimation of an official speech of the city history.

KEYWORDS: Uses and Memory clashes. Ariadnópolis Factory. MST and quilombos.

¹ Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de São João del-Rei, PGHIS/UFSJ. Possui licenciatura em História pela mesma instituição. E-mail: rickwellerson@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Muito se discute na historiografia acerca da montagem econômica colonial com centralidade na produção açucareira; Caio Prado Junior, em “A formação do Brasil Contemporâneo” (1983), aponta para uma colonização de sentido tropical, na qual se instaura uma vasta empresa comercial, seja no período das feitorias, ou posterior a elas, na qual a máquina econômica se destina a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. Assim, para o autor, há o estabelecimento de ciclos econômicos, que se voltam exclusivamente para a exportação, isto é, para a metrópole, no caso brasileiro para Portugal; estes ciclos para Prado Junior (1983), compreendem-se em três: o primeiro dos gêneros naturais (pau-brasil, açúcar e tabaco), seguido pelo ouro e diamantes, e por fim, dos gêneros agrícolas (algodão e o café). Para ele, o povoamento da América se dá como consequência de sua exploração e refúgio das lutas religiosas na Europa.

A ideia de povoar não ocorre inicialmente a nenhum [impérios europeus]. É o comércio que os interessa, e daí o relativo desprezo por este território primitivo e vazio que é a América; e inversamente, o prestígio do Oriente, onde não faltava objeto para atividades mercantis. [...] Se se povoou esta área temperada, o que aliás só ocorreu depois do séc. XVII, foi por circunstâncias especiais. (PRADO JUNIOR, 1983, p.23 e 26.)

Gilberto Freire, revoluciona a História do Brasil em 1933, com a primeira publicação de Casa Grande & Senzala, ao colocar em cheque a miscigenação brasileira, e sobretudo as relações existentes entre os polos da vida colonial: a Casa grande e a Senzala. Para Freire, a organização patriarcal do sistema colonial enfatiza a corporação da estrutura fundiária colonial; ao redor do Senhor de Engenho por exemplo, reunia-se uma hierarquia desde sua esposa, seus filhos, aos seus escravos. Embora o autor enfatize outras áreas, como os ideais raciais, muito criticados pela historiografia, este texto utilizar-se-á da primeira noção aqui apresentado: como a Casa grande é capaz de reunir em torno do patriarcalismo toda estrutura social. Assim, a casa grande se torna também um expressão cultural, seja ela vinda e manifestada nas senzalas pelos negros africanos ou indígenas nativos da América, seja ela atravessada em navios europeus advindo com os colonizadores. Todo esse cenário, faz com que ao redor do engenho de açúcar se reúnam uma diversidade representativa, dotados na maioria das vezes de resistência dos escravizados, frente à cultura imposta a africanos e indígenas.

O historiador João Fragoso, por sua vez, apresenta uma sociedade colonial mais dinâmica do que a expressão de Prado Junior; para o autor, as diferentes relações econômicas,



sobretudo comerciais, fazem com que o Brasil colonial tenha um mercado interno, embora haja uma produção destinada à exportação, há também um forte comércio entre as províncias (FRAGOSO; *et.all*, 2007), como pode ser evidenciado pela agropecuária, principalmente no sul do país, responsável pelo abastecimento da região sudeste, evidenciando Minas Gerais, durante o auge da extração de ouro e diamantes, comércio este feito pelas grandes excursões de tropeiros, signos dessa dinâmica. Outro fator que, para o autor evidencia isto, e, é de suma importância nas relações sociais deste período em questão, são as políticas de apadrinhamento, que na maioria das vezes eram tidas como raízes de negociações e principalmente formas de ascensão nesta sociedade tida como estamental. (FRAGOSO; *et.all*, 2007)

Assim, com a cana de açúcar não fora diferente, mesmo que após a descoberta do ouro as atenções se centrassem na sua extração, a sua produção fora diminuída, porém nunca encerrada nas terras brasileiras, como é o caso na província mineira:

As descobertas auríferas, do final do século XVII e início da centúria seguinte, e a constituição de vigoroso fluxo migratório em direção às áreas mineradoras resultaram na formação do maior e mais urbanizado mercado consumidor da Colônia. Paralelamente à própria expansão geográfica da extração de ouro e diamantes, processou-se a disseminação de engenhos e engenhocas de cana pelo território mineiro. Ao longo de todo o período colonial e à revelia de restrições criadas pela Coroa portuguesa, a economia canaveira de Minas Gerais experimentou pronunciada expansão. Inserida que estava nos quadros do abastecimento das zonas mineradoras, a fabricação de açúcar, rapadura e aguardente mostrou-se empresa rentável (GODOY, 2003, p.10).

Para Godoy (2003), a independência da província diante do capital mercantil, aliado à sua produção voltada para o abastecimento interno, resulta na grande diferenciação da economia açucareira nas Minas em relação à produção agroexportadora do nordeste e das demais províncias do sudeste que produziam o açúcar (São Paulo e Rio de Janeiro), assim, era difícil se ver alguma monocultura de cana em Minas Gerais, praticamente inexistentes; o cultivo de cana divisava com outras diversas culturas que atendiam a necessidade e subsistência da província, além, claro de divisar com demais funções comerciais e empregatícios, como a extração aurífera principalmente, mas também artesanato e diversas outras atividades, na maioria das vezes sazonais, subsidiárias e complementares.

Dessa forma, o cultivo de cana em Minas Gerais atende a uma necessidade interna, ao passo que se insere no cotidiano dessa sociedade em questão de uma forma cultural, na maioria das vezes artesanal, como já apresentado.

No século XIX, Minas, o Brasil e o mundo como um todo experimentaram uma maior demanda e consequente expansão da produção açucareira, impulsionada pela Revolução Industrial e um aumento de consumo de commodities. Neste contexto, o Brasil, juntamente com Cuba e Estados Unidos, são os responsáveis pelo grande fornecimento de tais artigos no mundo. Segundo Godoy, “no último século de hegemonia da produção tradicional, 1830 - 1930, a quantidade de subprodutos da cana fabricada em Minas, espaço canavieiro orientado para mercados internos, superou a das províncias, depois estados, açúcarexportadores” (GODOY, 2003, p.18).

O autor ainda enfatiza a grande industrialização ocorrida em fins do século XIX e primeira metade do século XX, a qual fora responsável por transformar a produção brasileira, através das novas tecnologias que industrializavam a produção nos engenhos.

No final da década de 1920, menos de uma centúria depois do surgimento das primeiras unidades industriais de transformação da cana no Brasil, a produção de açúcar das usinas superou a dos engenhos.

O processo de modernização do setor agroaçucareiro do Brasil caracterizou-se pela assimetria espacial no ritmo e alcance das transformações. Os espaços canavieiros historicamente voltados para mercados externos apresentaram ritmo relativamente acelerado de substituição da produção tradicional pela industrial se comparados com os espaços canavieiros historicamente orientados para mercados internos (GODOY, 2003, p.18)

A produção em Minas conheceria seu auge anos após, produção essa que chegara a exceder as das demais regiões brasileiras. É esse contexto macro que se faz solo fértil para a grande produção açucareira no sul de Minas Gerais, é onde também desponta e desenvolve a indústria aqui colocada, Ariadnópolis, até então no município de Campos Gerais; empreendimento que mudaria a estrutura local e daria início ao povoamento que se tornaria a cidade de Campo do Meio.

O debate aqui apresentado não tem por premissa a criação de um texto memorialístico, nem mesmo meramente um esforço de reafirmar um “mito de origem” a respeito da produção açucareira. Mas, objetiva-se por pensar a produção de uma memória a respeito dos produtos derivados da cana de açúcar, e nisso os autores aqui mencionados possuem grande importância. Tanto Caio Prado, como Freyre, juntamente com Sergio Buarque de Holanda², e uma onda de produção pela América sobre os temas³, foram de suma importância para a vinculação da

² Com destaque para a conceitualização do “homem cordial”, que juntamente com os estereótipos do mito da democracia racial marcaram a historiografia do século XX.

³ Sublinhando aqui a relevância de Herbert S. Klein para pensar a produção açucareira em Cuba.



produção açucareira com o paternalismo, e sobretudo suas teses (aqui com destaque à Freyre) surgentes no seio do ideário desenvolvimentista da Primeira República brasileira, procura de alguma forma uma resolução da memória da escravidão no país, e claro, encontra na primeira produção brasileira um lugar de ressignificação dessa memória: de um país vinculado com os negros, com o preconceito e com a violência do processo secular de escravidão. Partindo disso, pode-se pensar como essa memória fora forjada (tendo por premissa essa política de construção memorialística) pelos sul-mineiros na construção desses debates aqui apresentados.

2 AS CONSTRUÇÕES DE MEMÓRIAS DA ARIADNÓPOLIS

No exercício da memória, as lembranças – essas entendidas como o conjunto das recordações e também esquecimentos -, devem ser entendidas de forma complexa e como um jogo entre a experiência individual e a coletiva. Halbwach (1990, p.53) admite que “[...] haja, para as lembranças, duas maneiras de se organizar e que possam ora se agrupar em torno de uma pessoa definida, que as considere seu ponto de vista, ora distribuir-se no interior de uma sociedade grande ou pequena, de que elas são outras tantas imagens parciais”. Assim, o autor enfatiza as diferentes representações dessas memórias, sendo que elas podem ou não serem assumidas pela coletividade partindo dessa individualidade.

Portanto, a relação entre narrativas pessoais e história – como entre biografia em geral e história – é complexa e problemática. Histórias de vida são constructos culturalmente baseados em um discurso público, estruturado pela classe, por convenções culturais e pelo gênero. E fazem uso de um espectro variado de possíveis papéis, auto-representações, repertórios e narrativas disponíveis (BATALHA; *et al*, 2004, p. 293).

Durante os mais diversos anos da produção da Usina Ariadnópolis percebe-se as nuances entre esse embate: ora o resgate e um processo glorioso de industrialização e de produção em massa, responsável pelo surgimento de uma cidade; ora da representação de um sistema capitalista agente da sofisticação dos processos de exploração do trabalhador.

Pela datação do início da produção da Usina Ariadnópolis, percebe-se sua confluência com o ideário desenvolvimentista da Primeira República, aqui já colocado. Porém, a construção dessa memória é anterior; “a história da família Azevedo, os antigos proprietários da ex-usina, se confunde com a do município de Campo do Meio” (LOURENÇO e VALE, s/d, p. 7). Parte das terras doadas para formação do patrimônio do município eram de propriedade de Manoel Alves de Azevedo, bem como doações de outros fazendeiros (IBGE, 2017). Além da doação

para a construção do primeiro povoamento, pode-se perceber uma simbiose do poder econômico com o político na família Alves de Azevedo; o poder executivo da cidade após sua emancipação, permaneceu por décadas nas mãos dos descendentes de “Mané Marreco”.

Algumas questões importantes nessas atividades da família Alves de Azevedo devem ser colocadas: a primeira delas é o prestígio da posse da terra, que juntamente com a posse de escravos é a base da riqueza da elite rural do século XIX; Andrade, em sua pesquisa sobre a Elite regional sul-mineira, analisando a Vila da Campanha da Princesa nos séculos XVIII e XIX, constata a questão econômica ao redor do cultivo da terra

O plantio de cana, a produção de açúcar, rapadura, aguardente, alimentos e a criação de animais estavam entre as principais atividades que garantiram a sobrevivência e o enriquecimento dos proprietários mais abastados do sul de Minas. Alguns deles também plantavam fumo e até mesmo um pouco de café. Em termos percentuais, esses ativos representaram pouco na composição da riqueza, mas constituíam a vida das fazendas. Era em torno dessas atividades que se montava a estrutura das grandes unidades escravistas, fazendo surgir as “casas de vivenda”, as senzalas, as benfeitorias (moinhos, monjolos, engenhos, paióis, casas de tropa) e as plantações. Para sua execução, a mão de obra escrava foi fundamental. Parte do excedente da produção açucareira ou da criação de animais podia ser comercializada nos mercados locais, regionais ou mesmo fora da província. (ANDRADE, 2014, p.91-92)

Em um vídeo de 1983, a memória da família é evocada como uma “pilastra principal” na origem da cidade de Campo do Meio; enfatiza ainda um ideário de trabalho familiar no início dos trabalhos na região, colocando como uma família de cerca de 11 pessoas. O relato em forma poética diz:

[...] lá fixou morada perto de um engenho, onze pessoas, uma família de muito empenho – o senhor Manoel e dona Ariadna, o grande casal, dessa história, o pilastre principal, sua cunhada Ana, sete filhos menores e Purcedina (sic), uma escrava muito especial, local resolvido, família instalada, arregaçou-se as mangas, começou a escalada.⁴

A estrutura da família relatada parece reforçar a figura masculina no centro do empreendimento e colocar ao seu redor os demais integrantes, inclusive na fala do vídeo de

⁴ Ver em: **Usina Ariadnópolis Campo do Meio**. Monólogo e Narração de Sônia Reis Oliveira. Edição e Imagens de Márcio Araújo Azevedo (1983). Projeto Usina de Alba Moscardini Assunção. Capa original de Thiago Spada. Editado em 05 de maio de 2008. Publicado por: Jaffer Veronezi, em 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FG13n5mkNxs>. Acesso em: 29/12/2019. Trecho transcrito de: 2min.27s – 2min.57s

1983, a narradora Sônia Reis Oliveira coloca a figura de uma “escrava”, dita Purcedina (sic)⁵, mesmo relatando a chegada da família na região em 17 de fevereiro de 1896, oito anos após a abolição. A construção da memória de uma sociedade formada pelo colaboracionismo familiar ressalta o ímpeto de vincular a tradição da produção açucareira à formação do país, à produção da usina em questão ao início da formação do posterior município de Campo do Meio. Ressalta-se aqui a construção de um mito de origem, onde há uma instrumentalização da história em benefício de forjar uma tradição e assim uma memória coletiva, visando empreender uma identidade social, nesse caso, o pertencimento ao município, ligando a um ponto comum da história de todos, aqui na tentativa de estabelecer esse ponto nas conquistas de Manoel Alves de Azevedo. Pollak (1992) ressalta que essa “herança de memória” é transmitida tanto por personagens, como já destacado a figura de Manoel, como por acontecimentos, pelos quais “é perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (Idem, p. 202). O início da concentração do vilarejo se dá em 1906, segundo o relato oral do vídeo aqui já referenciado após um número de fazendas serem “desmembradas na região”, podendo aqui lançar uma hipótese do crescimento dos empreendimentos latifundiários, porém, o que é ressaltado, é que, o então dono da Ariadnópolis doa um pedaço de terra à esses trabalhadores que ficaram desempregados e constrói a Igreja do Rosário, ao redor da qual inicia-se a concentração da cidade. No território da Usina forma-se uma colônia, com aproximadamente 70 casas, sendo que 66 dessas são de famílias empregadas na usina. Se para Pollak um acontecimento em comum auxilia na formação de uma memória coletiva, o início da construção da cidade parece ser também a reafirmação dessa memória. Isso pode ser evidenciado ainda pelas relações trabalhistas que o discurso do vídeo expõe: “A mão de obra ficou escassa e fracassada, fase difícil no período da abolição. Mas Manoel tinha uma estratégia calculada: segurava o empregado pela alimentação.”⁶

⁵ Mulher colocada como escrava; é a que cuida e cria os filhos do casal após a morte de Ariadna em 1907, conforme relatado no vídeo. Embora ainda é vista como “escrava” há um esforço discursivo para colocá-la como próxima da família e inserida à ela. Isso pode ser visto como uma tentativa de criar uma memória benéfica e acolhedora a posteriori na edição do vídeo, ideário da depois conceitualizada “democracia racial”, onde se assume no Brasil a assimilação das três raças, junto com a tradição explicitada aqui pela categorização da mulher como escrava agora já a 19 anos da abolição (Lembrando é claro que a produção do vídeo se dá anos após a publicação dos volumes apresentados na introdução.). Em determinado momento, é ressaltado as suas origens místicas, revelando que possuía uma “crença muito especial, por dentro cheia de fé, força e poder sobrenatural; por fora cheia de colares, pulseiras e anéis. Que na ausência de chuva, a pedido do patrão entoava um canto triste de vassoura na mão, e sem demora, a chuva molhava a plantação” (6min.10s – 6min.31s)

⁶ VER: **Usina Ariadnópolis Campo do Meio**, publicado por: Jaffer Veronezi, em 2011, *Op.cit.* 6min.33s. – 6min.44s. O vídeo reafirma ainda posteriormente que era oferecido produtos no armazém da usina a baixo custo, também como forma de assegurar a permanência do empregado.

Aqui se faz necessário abrir um parêntese na discussão para pensar sobre as estratégias de manutenção dos vínculos senhoriais após a abolição. Hebe Maria Mattos e Ana Maria Rios apontam para o ideário do acesso à terra (logo à propriedade) e para a falta de políticas de acesso a elas, enfatizando ainda a necessidade da “[...] centralidade do liberto, enquanto força de trabalho, nas fazendas das antigas áreas escravistas do sudeste, nas décadas que se seguiram imediatamente à escravidão⁷” (RIOS; MATTOS, 2004. p. 172). Ainda que estivesse sendo enfatizada a visão pejorativa do negro, e ainda que eles fossem colocados às margens dessa sociedade, ainda se estabelecia uma relação de necessidade da mão de obra, como apontado pelas autoras nesse mesmo trabalho. A oferta da alimentação relatada no poema acima, mostra-se como uma das formas do Sr. Mané Marreco de permanência da sua posição paternalista em que os agora negros libertos estarem vinculados à relação senhorial pela “benesse” da concessão da moradia e da alimentação. Dentre as formas de se estar a margem dessa sociedade encontra-se uma das estratégias de manutenção dos vínculos da mão de obra nas fazendas e do poder desses antigos senhores. Esses negros, tal como Purcedina, que ainda era relatada como escrava mesmo anos após a lei de 1888, continuavam no exercício de suas funções no serviço doméstico e também na lida com a produção açucareira, embora seja importante enfatizar que como livres. É preciso lançar luz à necessidade que a liberdade impõe na resignificação das relações com o trabalho - inclusive das novas formas de dominações e de escravidão contemporânea.⁸

Essa questão aponta para a construção dessas narrativas e seus usos pelos movimentos populares. Pollak elenca elementos de afirmação da memória coletiva na produção de identidade social, assim, afirma que,

[...] a sua organização [da memória] em função das preocupações pessoais e políticas do momento mostra que a memória é um fenômeno construído. Quando falo em construção, em nível individual, quero dizer que os modos de construção podem tanto ser conscientes como inconscientes. O que a memória individual grava, recalca, exclui, lembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. (POLLAK, 1992, p. 204-205)

⁷ Nessa perspectiva, como também referenciado pelas autoras, consultar o trabalho: MACHADO, Maria Helena. **O plano e o pânico**: os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994. Para pensar as análises da concessão de terras no pós abolição no sul de Minas ver: Rodrigues, João Lucas. **Serra dos pretos**: trajetórias de famílias entre o cativo e a liberdade no Sul de Minas(1811-1960). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Ciências Sociais – DICIS/UFSJ. 2013.

⁸ Para essa discussão sobre a continuidade do termo “escravo (o)” para os libertos no Sul de Minas ver: Rodrigues, João Lucas. **Serra dos pretos**: trajetórias de famílias entre o cativo e a liberdade no Sul de Minas(1811-1960). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Ciências Sociais – DICIS/UFSJ. 2013.

Portanto, “a memória coletiva depende do poder social do grupo que a detém, porque, na rememoração, nós não lembramos as imagens do passado como elas aconteceram, e sim de acordo com as forças sociais que estão agindo sobre nós” (HUTTON, 1993 *apud* FERREIRA, 2012, p. 175). No que diz respeito ao poder exercido sobre essa memória, pode-se relacioná-la com o poder político que é estabelecido em consonância com o poderio econômico já firmado, quando em 1958, Manoel Araújo de Azevedo, neto de Manoel Alves de Azevedo, assume a administração da usina, além de se tornar o primeiro prefeito⁹ da cidade de Campo do Meio, emancipada em 7 de dezembro de 1948. Em 1970, o descendente da família, Clóves José de Azevedo, assume a administração da usina, e é também eleito prefeito, governa a cidade até 1992. É em sua administração que Ariadnópolis foi do auge à decadência, impulsionada pelo Programa Nacional do Alcool (Proálcool) do regime militar em 1970 a usina ampliou a sua produção, porém, após uma sucessão de crises¹⁰, a usina foi vendida ao Grupo Vanguarda, em 1990.¹¹

O que é evidente na história da construção política da cidade é a vinculação com o poder econômico e social desempenhada pela família, e, conseqüentemente, legitimada por essa memória. É certo que não se faz coincidência a produção do vídeo aqui analisado como fonte para esse texto ser datado de 1983, período de maior vinculação do poder econômico da usina e também do lugar de fala da família na administração da cidade. Além disso é de suma necessidade a criação de uma imagem positiva para a reafirmação dessa memória, justamente no período de edição desse mesmo vídeo (2008), onde se acirram os embates pela posse de terra frente ao MST, uma vez que a primeira tentativa de desapropriação da terra é de 2006.

⁹ E é reeleito para um novo mandato.

¹⁰ Embora seja pouco discutido o motivo dessas, e não seja intuito desse texto discuti-los, uma das questões possivelmente cruciais para esse processo é a divisão da empresa por seus últimos administradores entre a família, sendo a usina fragmentada em 1996 em 4 empresas associadas: CAPIA – Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo; USINA ARIADNÓPOLIS DE AÇÚCAR E ALCOOL SOCIEDADE ANÔNIMA; TRANSMARRECO; ARMAZÉM. Sobre as ocupações desses espaços ver: SILVA, Gustavo Felipe. **Ariadnópolis: em busca de identidade**. TCC. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas – FEPESMIG. UNIS: Varginha, 2018. Págs. 14-16.

¹¹ SOUSA, Alex Cristino de; LOURENÇO, A. **As primeiras ocupações de terra nas áreas da ex-usina de cana-de-açúcar Ariadnópolis, no município de Campo do Meio-MG: a história dos acampamentos Girassol e Vitória da Conquista**. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-06.pdf. Acesso em: 07/03/2021. Pág. 16.

3 DA MONOCULTURA DE CANA À AGRICULTURA FAMILIAR ORGÂNICA

O acampamento “Quilombo Campo Grande” se formou a partir de 1996 quando da falência total da Usina Ariadnópolis.¹² Ao fechar das portas, os empregados e colonos que ali residiam foram mandados embora, em sua maioria sem qualquer respaldo jurídico e/ou econômico, o empreendimento fora denunciado várias vezes ao Ministério Público por mão de obra escrava, acumulando uma dívida de muitos cifrões ao cofre público¹³.

O nome “Quilombo Campo Grande”, foi escolhido como uma alusão à resistência negra na região¹⁴, e engloba 11 acampamentos distintos que fazem parte dessa comunidade, além disso concentra cerca de 2 mil membros distribuídos em aproximadamente 450 famílias, dentre estes ex-funcionários da Ariadnópolis, despejados de acampamentos vizinhos, e demais militantes¹⁵. O próprio nome do acampamento aqui enfatizado é signo desse embate de memórias, e deixa explícito a seletividade da mesma para o seu uso, conforme discussão já feita anteriormente neste texto.

Dona Maria da Fé Silva, de 78 anos, em entrevista ao “novacana.com” diz que “Na época, muita gente falou: ‘eles não vão pagar, porque estão falidos’. Então pensamos: ‘a única solução é vir pra terra’”¹⁶. Rubens Batista, que também é ex-funcionário da empresa, declarou ao mesmo site: “Você era obrigado a fazer mais do que a sua capacidade e tinha uma jornada de 10 a 12 horas por dia. Tinha dia que a gente chegava desmaiar no serviço de tanta fraqueza. Eu classifico essa situação como trabalho escravo” (SOUZA, 2018).

O combate ao trabalho escravo que é, e desde o início da movimentação do MST em 1984 sempre foi uma das pautas principais, foi de encontro com as demandas da região da Ariadnópolis, visto ainda que a falência da usina se dá no período intenso da redemocratização do país, da entrada em vigor da Constituição de 1988, e alcança na virada dos anos 2000 as efetividades da luta pelas regulamentações das terra quilombolas, e principalmente a

¹² Sobre o processo de ocupação da terra ver: LOURENÇO, A.; SOUZA, A.; VALE, A. **A luta pela terra no sul/sudoeste de Minas Gerais**: o espaço da resistência e o território conquistado. Minas Gerais: UNIFAL, 2010.

¹³ Cerca de 300 milhões, segundo reportagem do site Brasil de Fato. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/28/a-resistencia-do-quilombo-campo-grande/>. Acesso em: 29/11/2019.

¹⁴ MOTTA, Cláudia. Despejo imoral, desumano, ilegal: Quilombo Campo Grande resiste. **Rede Brasil Atual**. 27/08/2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/08/quilombo-campo-grande-resiste-escola-eduardo-galean/>. Acesso em: 06/03/2021.

¹⁵ Dados: SILVA, Gustavo Felipe. **Ariadnópolis**: em busca de identidade. TCC. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas – FEPEMIG. UNIS: Varginha, 2018. Pág. 22.

¹⁶ VER EM: SOUZA, Marcelle. **Usina Ariadnópolis tenta retomar terra ocupada por ex-funcionários há 20 anos**. Novacana.com. Repórter Brasil - 28 nov 2018 - 08:21. Disponível em: <https://www.novacana.com/n/cana/trabalhadores/usina-ariadnopolis-retomar-terra-ocupada-ex-funcionarios-20-anos-281118>. Acesso em: 29/11/2019.

consolidação e a ascensão do Movimento Negro no país no final da segunda metade do século XX; com essas questões aliadas ao crescimento do Movimento dos Sem-Terra, a pauta de Ariadnópolis encontrou solo fértil na “mística do MST”.

Entende-se a mística como uma “prática cultural e política” no MST, que é realizada de forma diversa e plural. Na organização do MST, a mística se tornou um “elemento estratégico”, pois nos diversos espaços em que é realizada, possui suas intencionalidades. O seu desenvolvimento nas diversas atividades e espaços em que integrantes do MST estão reunidos se torna um momento privilegiado em que se processam “construções de representações” (COELHO: 2013, p.2).

Ao aliar a memória subterrânea que fora sublinhada pela memória legitimadora ao longo dos anos das glórias econômicas e políticas da produção na região, com a urgência política e a militância do período pós ditadura militar, uma nova ressignificação da memória fora produzida, e esta entra em choque com a memória dita oficial.

Mas esse silêncio não significa a sua morte [da memória]. Pelo contrário: o conflito se refaz no movimento de instigar a consciência de si, do ato da revolta ou da simples constatação de ter tido o direito subtraído. Ao transformar a imposição com sentido negativo de recusa da identidade para o valor positivo em exigir o direito como sujeito no presente, o cidadão desvela e enfrenta a força que o procura torná-lo objeto (SOUSA: 2013, p.50).

O conflito entre latifundiários e os membros do MST em Campo do Meio explicita para além dos usos da memória, uma tensão de manutenção identitária, aqui não trata-se de um juízo de valor no sentido que achar benéfico o enfrentamento e principalmente a violência desse embate, mas trata-se de pensar como a compreensão do “nós somos” perpassa as rupturas daquilo que “eles são”¹⁷. Para melhor exemplificar essa questão pode-se analisar algumas falas em vídeos de domínio público, onde a reafirmação identitária dos membros do MST buscaram opor a sua produção orgânica ao uso de agrotóxicos pelos latifundiários; a cidade grande do mercado capitalista e à vida no campo com agricultura familiar de subsistência. A retórica é recíproca. Assim, acaba-se por gerar “uma distância – impossível de superar – nas mobilizações públicas: entre quem leva a “verdade” do sofrimento pessoal e privado e aqueles que se mobilizam politicamente pela mesma causa, mas presumivelmente por outros motivos que não são vistos como igualmente transparentes ou legítimos” (JELIN, 2007, p.45).

Os conflitos para além do embate da memória aqui relatado são também frutos de uma tensão de relações sociais e raciais. Não pode-se perder de vista que essa memória tem sua base

¹⁷ Pensando a partir das reflexões de TODOROV, Tzvetan.

assentada sobre a escravidão negra e do problema da abolição e suas relações com o poder senhorial. Ainda que, o acampamento Quilombo Campo Grande reúna pessoas de todas raças e lugares, a resistência tem sua origem em uma História centrada em libertos e seus descendentes que também foram elementos de importância na construção social do município de Campo do Meio. Pensar a construção dessa cidade sul-mineira e dessa memória é também refletir sobre o processo de construção da base industrial mineira, de como fora capitaneada e sobre tudo como se deu o processo (e a que custo) de impulso e concentração capital industrial, tendo em vista sempre a oferta de mão de obra que para além dos imigrantes, encontrou força na dos libertos. No caso específico da produção açucareira é interessante ressaltar a vinculação do trabalho braçal, tão mal visto neste período¹⁸, com a mão de obra negra.

4 CONCLUSÃO

Todorov (2000) chama a atenção para o que ele concebe de “adoração da memória”, ou seja, tendencialmente pelos fatos traumáticos, as sociedades contemporâneas tentem a legitimar-se a todo instante pelo seu passado. O resgate e consequente uso da memória da Usina Ariadnópolis consiste numa necessidade de memória, seja esta utilizada para os embates sociais do MST, revirando seu passado escravocrata afim de uma justiça social, buscando assim através da rememoração do passado uma atitude de reconciliação e reparação do mesmo¹⁹; ou legitimando uma memória gloriosa e de grandes feitos que deixa sobretudo um espaço de nostalgia²⁰ aberto pelo vácuo deixado pelo lugar ocupado dessa instituição, buscando assim sacralizá-la na História, utilizando-se para isso nesse embate o negacionismo - nesse caso das problemáticas do passado.

Embora a ordem de despejo para as famílias do Quilombo Campo Grande tenha sido derrubada, as lutas de memórias não se limitam aos trâmites dos tribunais, mas perpassa o cotidiano de enfrentamentos entre a máquina burocrática e as divisas territoriais com o

¹⁸ Ângela Maria de Castro Gomes chama a atenção para a dificuldade enfrentada durante a Primeira República de associar o trabalho como atividade bem aceita para a sociedade, e não mais algo estritamente vinculada ao trabalho escravo. Ver: GOMES, Ângela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Coleção Descobrendo o Brasil. 1ª ed. RJ: Zahar, 2002.

¹⁹ VER EM: RICOEUR, Paul. **O perdão pode curar?** Lusosofia:press. Tradutor: José Rosa. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. Acesso em: 29/11/2019.

²⁰ VER EM: MARCARI, Maria de Fátima Alves de Oliveira. **Entre a nostalgia e o Dever de Memória: A narrativa memorialística de Alfons Cervera**. Revista de Literatura, História e Memória. VOL. 8 - Nº 12. Unioeste, Cascavel, 2012.

agronegócio. E assim explicita as diferentes apropriações e utilizações das memórias na construção da História, que, por sua vez lança luz às questões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, dentre outras.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. **Elites regionais e a formação do estado imperial brasileiro**: Minas Gerais – Campanha da Princesa (1799-1850). 2ªed. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2014.
- BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T. da.; FORTES, Alexandre (orgs.). **Culturas de classe**. Campinas, Unicamp, 2004, p.293.
- COELHO, Fabiano. **Por uma Memória Histórica**: reflexões sobre a mística no MST. XXVII Simpósio Nacional de História: conhecimento histórico e diálogo social. ANPHUH, Natal, RN, 22 a 26 de julho de 2013.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. História Oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- FRAGOSO, João Luís Ribeiro; ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de; SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. **Conquistadores e Negociantes**: História de Elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 51ª ed. São Paulo: Global Editora, 2006.
- GODOY, Marcelo Magalhães. **Cana-de-açúcar e tradição**: breve ensaio sobre o evolver histórico do setor canavieiro de Minas Gerais. Belo Horizonte: Instituto Cultural Flávio Gutierrez - Museu de Artes e Ofícios, 2003.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Coleção Descobrimo o Brasil. 1ª ed. RJ: Zahar, 2002.
- HALBAWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Editora Vértice, 1990.
- IBGE. **Campo do Meio**. 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/campo-do-meio/historico>. Acesso em: 08/03/2021.
- JELIN, Elizabeth. **Víctimas, familiares y ciudadanos/as**: las luchas por la legitimidad de la palabra. In: Cadernos Pagu, Campinas, n. 29, julho-dezembro de 2007.
- LOURENÇO, A.; SOUZA, A.; VALE, A. **A luta pela terra no sul/sudoeste de Minas Gerais**: o espaço da resistência e o território conquistado. Minas Gerais: UNIFAL, 2010.

LOURENÇO, A.; VALE, A. **Os conflitos de terras em Campo do Meio no contexto da questão agrária no Sul de Minas.** s/d. Disponível em: <https://www.historia.uff.br/estadoepoder/7snep/docs/013.pdf>. Acesso em 08/03/2020.

MARCARI, Maria de Fátima Alves de Oliveira. Entre a nostalgia e o Dever de Memória: A narrativa memorialística de Alfons Cervera. **Revista de Literatura, História e Memória.** VOL. 8 - Nº 12. Unioeste, Cascavel, 2012.

MOTTA, Cláudia. Despejo imoral, desumano, ilegal: Quilombo Campo Grande resiste. **Rede Brasil Atual.** 27/08/2020. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2020/08/quilombo-campo-grande-resiste-escola-eduardo-galean/>. Acesso em: 06/03/2021

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10. 1992.

PRADO JUNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1983.

RICOEUR, Paul. **O perdão pode curar?** Lusosofia: press. Tradutor: José Rosa. Disponível em: http://www.lusosofia.net/textos/paul_ricoeur_o_perdao_pode_curar.pdf. Acesso em: 29/11/2019.

RIOS, Ana Maria e MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi.** v. 5. n. 8. jan.-jun. 2004. p. 172. Nessa perspectiva, como também referenciado pelas autoras, consultar o trabalho: MACHADO, Maria Helena. O plano e o pânico. Os movimentos sociais na década da abolição. Rio de Janeiro: UFRJ/EDUSP, 1994.

RODRIGUES, João Lucas. **Serra dos pretos:** trajetórias de famílias entre o cativo e a liberdade no Sul de Minas (1811-1960). Dissertação de mestrado. Universidade Federal de São João del-Rei. Departamento de Ciências Sociais – DICIS/UFSJ. 2013.

SILVA, Gustavo Felipe. **Ariadnópolis:** em busca de identidade. TCC. Fundação de Ensino e Pesquisa do Sul de Minas – FEPESMIG. UNIS: Varginha, 2018. Págs. 14-16.

SOUSA, Alex Cristino de; LOURENÇO, A. **As primeiras ocupações de terra nas áreas da ex-usina de cana-de-açúcar Ariadnópolis, no município de Campo do Meio-MG:** a história dos acampamentos Girassol e Vitória da Conquista. Disponível em: https://www.uniara.com.br/legado/nupedor/nupedor_2010/00%20textos/sessao_4A/04A-06.pdf. Acesso em: 07/03/2021.

SOUSA, Gerson de. **A memória subterrânea na narrativa do espaço urbano:** contribuição teórica para a folkcomunicação. XII Conferência Brasileira da Folkcomunicação. RIF. Ponta Grossa/PR. Volume 11. Número 22. jan./abr. 2013.

SOUZA, Marcelle. **Usina Ariadnópolis tenta retomar terra ocupada por ex-funcionários há 20 anos.** Novacana.com. Repórter Brasil - 28 nov 2018 - 08:21. Disponível em:



<https://www.novacana.com/n/cana/trabalhadores/usina-ariadnopolis-retomar-terra-ocupada-ex-funcionarios-20-anos-281118>. Acesso em: 29/11/2019.

TODOROV, Tzvetan. **Los abusos de la memoria**. Barcelona: Paidós, 2000.

USINA ARIADNOLIS CAMPO DO MEIO. Monólogo e Narração de Sônia Reis Oliveira. Edição e Imagens de Márcio Araújo Azevedo (1983). Projeto Usina de Alba Moscardini Assunção. Capa original de Thiago Spada. Editado em 05 de maio de 2008. Publicado por: Jaffer Veronezi, em 2011. Disponível em:
<https://www.youtube.com/watch?v=FG13n5mkNxs>. Acesso em: 29/12/2019.

Enviado em: 29/07/2020
Aprovado em: 18/02/2021